

BOLETIM REGULATÓRIO

Direito Administrativo | Regulação | Principais Notícias



SOBRE O PROJETO REGULAÇÃO EM NÚMEROS

O “Regulação em Números” é um projeto institucional da FGV Direito Rio, que tem três missões principais: (i) produzir e difundir conhecimento sobre a atividade regulatória do país; (ii) contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório nacional; e (iii) fomentar boas práticas em regulação.

Desenvolvido no âmbito do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) da FGV Direito Rio, o Regulação em Números reúne pesquisas empíricas, sobretudo de natureza quantitativa, sobre (i) Mecanismos de Participação (audiências e consultas públicas) das agências reguladoras federais, (ii) produção normativa dos órgãos reguladores, (iii) Controle político/legislativo das agências reguladoras e (iv) Controle externo das agências reguladoras.

EQUIPE DO PROJETO

Coordenadores

Sérgio Guerra
Natasha Schmitt Caccia Salinas
Patrícia R. P. Sampaio
Péricles Gonçalves Filho

Pesquisadores

Lucas Thevenard Gomes
Gabriela Borges Silva
Luiz Guilherme Pessoa Cantarelli
Luiza Castello Branco
Felipe Tomazelli Crespo

Giro de Notícias

[Decisão judicial dificulta a transição energética nos EUA](#)

[ANP aprova consulta pública sobre proposta para reduzir riscos de abastecimento de diesel](#)

[Justiça suspende 37 sites que prestam serviço jurídico contra companhias aéreas](#)

[Ministério prevê leilões de 38 projetos de transporte até o fim do ano](#)

[Rol da ANS: STF marca audiência pública sobre cobertura de planos de saúde](#)

[Cinco grupos avaliam PPP de Rodoanel de BH](#)

[Losartana: Veja os lotes de remédio para pressão interditados pela Anvisa](#)

[Decisão do STJ protege produtores de cannabis para uso medicinal](#)

[Prefeito diz que Santos é ignorada na privatização do porto e aciona TCU](#)

[Conselho do PPI recomenda a privatização da Autoridade Portuária de Santos](#)

[TC refuta acusações de vídeo e diz que vai colaborar com CVM para combater informações falsas](#)

[Ecorodovias assina termo aditivo com governo de Minas](#)

[Gerais em concessão da BR 135](#)

SISTEMA FINANCEIRO

CVM promove alterações pontuais em nova regra de crowdfunding de investimento

Em 28 de junho, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Resolução CVM nº 158, que promove alterações pontuais na Resolução CVM 88, norma sobre crowdfunding de investimento. Dentre as mudanças, destacam-se as seguintes: (i) a limitação de potenciais compradores dos valores mobiliários pela sociedade empresária de pequeno porte, permitindo, portanto, que a sociedade limite a transação apenas à investidores atuais; (ii) referente à concessão de prazo para adequação das plataformas, a obrigação de instituir controle de titularidade e de participação societária ou escrituração, conforme art. 3º, V, somente será exigível quando tratar de valores mobiliários objeto de ofertas públicas iniciadas 90 dias após a vigência da Resolução CVM 88.

CVM publica Relatório de Supervisão Baseada em Risco 2021

Em 28 de junho, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou o Relatório Anual de Supervisão Baseada em Risco (SBR) referente ao ano de 2021. O Relatório apresenta as ações de supervisão realizadas para tratamento dos 13 riscos e respectivos eventos considerados prioritários pelo Comitê de Governança e Gestão de Riscos da Autarquia.

CVM divulga estudo sobre serviço de transferência de investimentos entre corretoras

Em 23 de junho, a CVM divulgou o resultado do estudo de Análise de Impacto Regulatório, a respeito de critérios de regulação para transferência de investimentos entre corretoras. A iniciativa foi conduzida pela Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos (ASA) da Autarquia, com objetivo de investigar a eficácia da transferência de custódia de ativos e avaliar a necessidade de alterações regulatórias sobre esse serviço de grande relevância aos investidores.

[Servidores do Banco Central decidem manter greve até 4 de julho](#)

[Banco Central aumenta de 1% para 1,7% a previsão de crescimento do PIB em 2022](#)

[Representantes de fundos de pensão tentam congelar equacionamento de déficit relativo a 2021](#)

[ANTT quer retomar análise de projetos de ferrovias](#)

[Conselho do PPI recomenda a privatização da Autoridade Portuária de Santos](#)

[Publicado o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2022 pela ANP](#)

[ANP aprova consulta pública sobre proposta para reduzir riscos de abastecimento de diesel](#)

CVM edita três novas Resoluções relacionadas ao Decreto 10.139/19

Em 23 de junho, a Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) da CVM editou (i) a Resolução CVM 155, que consolida a Instrução CVM 457 e Instrução CVM 485; (ii) a Resolução CVM 156, que ratifica a Instrução CVM 527; e (iii) Resolução CVM 157, que revisa a Instrução CVM 191. A medida faz parte do trabalho de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto, determinado pelo Decreto 10.139/19.

Susep divulga Síntese Mensal com dados do setor em abril

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou em 20 de junho o relatório Síntese Mensal, com dados do setor de seguros referentes ao mês de abril de 2022. O relatório, elaborado a partir de informações enviadas pelas empresas supervisionadas, mostra o desempenho do mercado de seguros, previdência e capitalização nos primeiros quatro meses do ano e é um importante documento de análise das movimentações realizadas pelo setor.

Previc disponibiliza nova consulta pública

Em 16 de fevereiro, a PREVIC disponibilizou em seu site a Consulta Pública nº 02/2022 sobre a proposta de Resolução Previc que irá dispor sobre a disponibilização dos institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio.

Os interessados em participar da consulta pública podem enviar sugestões, por meio do Sistema de Consulta Pública da Previc (SISCONP), de 29 de junho até 12 de agosto de 2022.

Abrasca apresenta consulta à CVM para estudo do metaverso

A Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca) apresentou uma consulta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sobre a possibilidade de realização de assembleias de acionistas no metaverso, realidade paralela composta por conjunto de ambientes virtuais em 3D.

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal

DIREITO ADMINISTRATIVO
- REQUISIÇÃO

ADMINISTRATIVA. DIREITO
CONSTITUCIONAL -
ORGANIZAÇÃO DO

ESTADO; ORDEM SOCIAL;
SAÚDE. Requisição

administrativa de bens ou
serviços públicos - ADI
3454/DF.

Resumo: A requisição administrativa “para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias” — prevista na Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990) — não recai sobre bens e/ou serviços públicos de outro ente federativo.

ADI 3454/DF, relator Min.
Dias Toffoli, julgamento
virtual finalizado em 20.6.2022

TRANSPORTES

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

ANTAQ aprova contribuições para concessão do Porto de Itajaí (SC)

Em 28 de junho, a ANTAQ aprovou a análise das contribuições relacionadas à Audiência Pública nº 05/2022, que trata da licitação para a concessão do Porto de Itajaí (SC). A concessão permitirá ao futuro concessionário administrar o porto e operar contêineres, prestando serviços diretamente aos usuários dos portos (embarcadores, exportadores e importadores). Poderão participar do leilão pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, incluindo instituições financeiras, bem como Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e entidades de previdência complementar.

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Portaria da ANTT altera valores da tabela dos pisos mínimos de frete

Em 24 de junho, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou a Portaria nº 210/2022 atualizando os novos valores de pisos mínimos de frete do transporte rodoviário de cargas. Eles foram alterados por conta da variação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5% (cinco por cento) em relação ao preço considerado na planilha de cálculos da Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete (PNPM).

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.832.357-SC, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 14/06/2022, DJe 20/06/2022. DIREITO ADMINISTRATIVO

Tema: Indústria de comercialização de pescado. Fiscalização. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Glaciamento do pescado. Comercialização. Aferição quantitativa. Competência do Serviço de Inspeção Federal. INMETRO. Atribuição não exclusiva. Competência concorrente do órgão ministerial.

Destaque: O INMETRO não possui competência exclusiva para fiscalização quantitativa de produtos comercializados.

ANTT autoriza reajuste tarifário na Fernão Dias

Em 27 de junho, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 2018, do Ministério da Economia, aprovou a 14ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio da BR-381/MG/SP, sob concessão da Autopista Fernão Dias.

A Diretoria Colegiada aprovou, ainda, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 002/2007, entre a ANTT e a concessionária Autopista Fernão Dias S/A, com o objetivo de incluir novos investimentos relativos às obras das faixas adicionais nos segmentos entre os km 22+300 e km 65+800 da BR-381/MG/SP.

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

Prorrogada até 4/7, consulta sobre taxas de desconto de fluxo de caixa dos aeroportos da 2ª e 4ª rodada

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) prorrogou, até o dia 4 de julho de 2022, o prazo para encaminhamento das contribuições relativas à proposta de alteração à Resolução nº 528/2019, que visa alterar as taxas de desconto a serem utilizadas nos fluxos de caixa marginais para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para os contratos de concessão dos aeroportos licitados na 2ª rodada (Brasília, Campinas e Guarulhos) e na 4ª rodada (Fortaleza, Florianópolis, Salvador e Porto Alegre). A audiência pública virtual para discutir os parâmetros da concessão com participação de interessados será no 1º de julho, às 9h.

Aéreas brasileiras acumularam prejuízo líquido de R\$ 20 bi em 2021

O relatório econômico das três principais empresas aéreas brasileiras, divulgado em 29 de junho, pela ANAC, mostra que, juntas, as companhias apresentaram prejuízo líquido de R\$ 4,4 bilhões no 4º trimestre de 2021, com margem líquida de -39,1%. No mesmo período do ano anterior, o resultado foi de R\$ 678 milhões e margem líquida de -12,49%.

Processo sob sigilo
judicial, Rel. Min. Rogério
Schietti Cruz, Sexta Turma,
por unanimidade, julgado
em 14/06/2022. DIREITO
PENAL, DIREITO
PROCESSUAL PENAL

Tema: Cultivo doméstico da
planta Cannabis Sativa para
fins medicinais. Habeas
corpus preventivo. Risco
permanente de
constrangimento ilegal. Salvo-
conduto. Possibilidade.
Anvisa. Ausência de
regulamentação específica.
Atipicidade penal da conduta.
Princípio da lesividade.

Destaque: É cabível a
concessão de salvo-conduto
para o plantio e o transporte
de Cannabis Sativa para fins
exclusivamente terapêuticos,
com base em receituário e
laudo assinado por
profissional médico
especializado, e cancelado
pela Anvisa.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Anvisa abre prazo para consulta pública sobre o carbendazim

A Anvisa abriu, nesta segunda-feira (27/6), o prazo para enviar contribuições à Consulta Pública (CP) 1099/2022, que propõe a proibição do ingrediente ativo carbendazim em produtos agrotóxicos no Brasil. O prazo para envio das contribuições será até o dia 11 de julho para enviar suas sugestões.

Carbendazim está suspenso até conclusão do processo de reavaliação definitiva do produto

A suspensão cautelar do carbendazim foi publicada no DOU de 22 de junho, por meio do Despacho 60, de 21 de junho de 2022. A medida tem como objetivo prevenir a disponibilização para uso, no manejo agrícola, de produtos que contenham o ingrediente na sua formulação, enquanto o processo de reavaliação é finalizado.

Anvisa recebe pedido de dose de reforço da Pfizer para adolescentes de 12 a 15 e de 16 a 17 anos

Em 24 de junho, a Anvisa recebeu os pedidos da empresa Pfizer para a inclusão na bula da dose de reforço de sua vacina contra Covid-19 (Comirnaty) para adolescentes de 12 a 15 anos e de 16 a 17 anos. Para esta análise, a Agência irá avaliar os dados clínicos apresentados pela Pfizer. Esses dados devem comprovar o benefício da dose adicional para os públicos específicos.

Publicado Manual de Aplicação de Assinatura de Laboratórios Analíticos

A Anvisa publicou o Manual de Aplicação de Assinatura de Laboratórios Analíticos. O documento objetiva fornecer parâmetros e orientações para que os laboratórios analíticos, públicos ou privados, façam a aplicação visual adequada das assinaturas da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), da Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Sanitária (RNLVISA) e dos laboratórios credenciados.

Tribunal de Contas da União

Illegalidades em cobranças de serviços de movimentação e armazenagem de contêineres portuários. TC 021.408/2019-0.

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou denúncias sobre possíveis irregularidades no processo de revisão de Resolução 72/2022 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O normativo estabelece parâmetros regulatórios a serem observados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes nas instalações portuárias. O Tribunal determinou à Antaq que anule todos os dispositivos da Resolução 72/2022 que dizem respeito à possibilidade de cobrança do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres - SSE em face de desvio de finalidade.

2035), sob a responsabilidade do Ministério da Infraestrutura e da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL).

SAÚDE SUPLEMENTAR

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

ANS amplia regras de cobertura para tratamento de transtornos globais do desenvolvimento

Em 23 de junho, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou uma normativa que amplia as regras de cobertura assistencial para usuários de planos de saúde com transtornos globais do desenvolvimento, entre os quais está incluído o transtorno do espectro autista.

ANS suspende a comercialização de 70 planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou, em 27 de junho, a lista de planos de saúde que terão a venda temporariamente suspensa devido a reclamações relacionadas a cobertura assistencial. A medida faz parte do Monitoramento da Garantia de Atendimento, que acompanha regularmente o desempenho do setor e atua na proteção dos consumidores. Nesse ciclo, a ANS determinou a suspensão de 70 planos de 8 operadoras devido a reclamações efetuadas no 1º trimestre. A proibição da venda entra em vigor a partir de 30 de junho. Ao todo, 1.453.044 beneficiários ficam protegidos com a medida, já que esses planos só poderão voltar a ser comercializados para novos clientes se as operadoras apresentarem melhora no resultado no monitoramento.

ANS divulga edição de junho do Boletim Covid-19

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou, em 24 de junho, a edição de junho do Boletim Covid-19-Saúde Suplementar, com dados sobre o comportamento do setor de planos de saúde durante a pandemia de Covid-19. A edição deste mês traz dados atualizados até maio de 2022.

O número de beneficiários apresentou aumento de 0,49% em relação ao mês anterior, mantendo o crescimento iniciado no mês de julho de 2020. A quantidade de leitos alocados para atendimento a casos de Covid-19 nos hospitais da amostra não apresentou variação significativa, ficando em 6,7%.

TCU identifica oportunidades de melhoria no Plano Nacional de Logística 2035. TC 013.771/2021-3

O TCU fez auditoria operacional no Plano Nacional de Logística (PNL 2035), sob a responsabilidade do Ministério da Infraestrutura e da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL). O PNL 2035 busca um diagnóstico funcional da rede de transportes brasileira, com enfoque intermodal e estimativas dos níveis de oferta e demanda atuais e futuras, para identificar necessidades e oportunidades de melhoria do sistema. O TCU fez recomendações para a melhoria dos processos.

TCU vai avaliar mecanismos de prevenção e combate ao assédio existentes na Caixa Econômica Federal

Tribunal aprova contas do presidente com 14 ressalvas

TCU verifica que infraestrutura hídrica do país está sem planejamento de longo prazo

Auditoria do TCU avalia passivo atuarial da previdência

TELECOMUNICAÇÕES

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Anatel inicia tomada de subsídios sobre Avaliação de Resultado Regulatório do Regulamento de Sanções

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou em 30 de junho a Tomada de Subsídios nº 5/2022, que busca coletar informações relacionadas ao projeto de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da Anatel (RASA), aprovado pela Resolução nº 589/2012. O projeto foi previsto no item 32 da Agenda Regulatória para o biênio 2021-2022, conforme Resolução Interna nº 82/2022, e abordará dois temas: (i) sanção de obrigação de fazer e de não fazer (art. 3º, IV e V, e arts. 15 e 16 do RASA/2012); e (ii) fator de redução da multa aplicada em caso de não litigância (art. 33, §5º do RASA/2012).

Aberta consulta pública para padronização de carregadores de celular

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) disponibilizou para contribuições da sociedade a Consulta Pública 45/2022, que apresenta a proposta de definição de requisitos técnicos para avaliação da conformidade de interface de carregamento por fio com padrão USB tipo C em telefones móveis celulares. A Consulta Pública nº 45/2022 está disponível para contribuições no Participa Anatel até 26 de agosto de 2022.

Anatel aprova requisitos técnicos para a faixa de 3,7-3,8 GHz

Em 28 de junho, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou, por meio do Ato nº 8.991/2022, os requisitos técnicos e as condições de uso para estações terrestres de baixa potência na faixa de 3,7-3,8 GHz. A decisão da Agência considera, entre outros fatores, a necessidade de otimizar o uso das faixas de radiofrequências e a crescente demanda de espectro para uso de tecnologias 5G por redes privadas.

Opinião

[FGV Direito Rio indica que rol da ANS teve participação civil ampliada](#)

[O que significa deferência?](#)

[Evolução e involução da regulação do mercado de carbono](#)

[Jurisdição e competitividade na regulação da infraestrutura](#)

[Reflexões sobre a regulamentação das autorizações ferroviárias pela ANTT](#)

[Propostas no Congresso Nacional tentam reverter normas anticoncorrenciais da ANTT](#)

[How Can Governments Use AI to Improve Procurement?](#)

[How Big-Tech Barons Smash Innovation](#)

[What Is Personalized Law?](#)

Publicações

[Direito Administrativo Sancionador Regulatório - José R. P. Oliveira; Francisco Zardo; Alice Voronoff; Juliana B. de Palma; Renato Toledo](#)

ENERGIA

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP)

ANP publica sobreaviso para intensificar o acompanhamento do mercado de óleo diesel A S10

Em 01 de julho, a ANP publicou o Sobreaviso no Abastecimento nº 02/2022/SDL/ANP, com o objetivo de intensificar o monitoramento das importações de óleo diesel A S10. A medida foi aprovada pela Diretoria da Agência em sessão de 30 de junho. O Sobreaviso no Abastecimento visa permitir que o acompanhamento das importações de diesel A S10 seja intensificado, em face da situação geopolítica mundial atual.

ANP e Petrobras assinam acordo e contrato relativos à produção de petróleo e gás pela SIX

Em 1º de julho, a ANP e a Petrobras assinaram acordo para o recolhimento de royalties referentes à produção de petróleo e gás na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) e o contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural proveniente de xisto.

O acordo, que encerra consensualmente as pendências relacionadas ao recolhimento de royalties e ao regime regulatório referentes às atividades de lavra de xisto, prevê o pagamento de aproximadamente R\$ 600 milhões - sendo R\$ 150 milhões a serem pagos no prazo de 30 dias após a homologação do acordo junto ao poder judiciário, e o saldo em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa Selic - e a celebração de um contrato de concessão, com alíquota de royalties de 5%.

ANP aprova a realização de consulta e audiência públicas para adoção de medida preventiva em relação a estoques de diesel A S-10

A Diretoria da ANP aprovou hoje (30/6) a realização de consulta e audiência pública sobre proposta de resolução que visa mitigar riscos ao abastecimento do mercado brasileiro com diesel A (sem mistura de biodiesel) do tipo S-10 (com menor teor de enxofre), no segundo semestre de 2022, em função das incertezas geradas pela situação geopolítica atual.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Leilão de Transmissão nº 01/2022 é concluído com 13 lotes arrematados e investimento estimado de R\$ 15,3 bilhões

O Leilão de Transmissão nº 01/2022, promovido nesta quinta-feira (30/6) pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL na sede da B3, em São Paulo, obteve investidores para todos os 13 lotes apregoados. O deságio médio foi de 46,16% em relação às Receitas Anuais Permitidas iniciais estabelecidas pela Agência para o certame.

Valores das bandeiras tarifárias são atualizados para o período 2022-2023

Os valores das bandeiras tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023, assim como os critérios para o acionamento delas, foram aprovados em 21 de junho, pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

SANEAMENTO

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ANA divulga dados atualizados do Monitor de Secas

O Monitor realiza o acompanhamento contínuo do grau de severidade das secas no Brasil com base em indicadores do fenômeno e nos impactos causados em curto e/ou longo prazo. Em 30 de junho, a ANA divulgou dados atualizados do Monitor de Secas, que registrou, entre abril e maio, o aumento da área com seca em sete unidades da Federação: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Por outro lado, a área com o fenômeno recuou em oito estados: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.